

Imperialismo financeiro e dominação informal: Uma comparação entre a Diplomacia do Dólar no Caribe e o atual domínio financeiro norte-americano

Sessões Ordinárias
Área 2: História Econômica e Economia Brasileira
Sub-área: História Econômica Geral

Caroline Yukari Miaguti
Mestranda do Curso de Pós Graduação em Economia Política Internacional (PEPI)
Instituto de Economia
Universidade Federal do Rio de Janeiro
caroline.miaguti@pepi.ie.ufrj.br

Resumo:

Neste trabalho pretendemos demonstrar que o imperialismo americano, que surgiu no início do século XX, no Caribe e na América Central, se assemelha a forma de dominação dos Estados Unidos após o colapso de Bretton Woods. Temos aqui como foco a diplomacia do dólar, e a relação explícita entre os interesses de Washington e Wall Street – especialmente no governo Taft – muito semelhante à que se verifica a partir da década de 1970. A hipótese aqui adotada é que a postura unilateral dos Estados Unidos, primeiramente frente ao Caribe e América Central, e anos mais tarde frente ao resto do mundo, foram a expressão do imperialismo americano consolidado a partir dos interesses de uma elite financeira.

Palavras-chave: Diplomacia do Dólar; Imperialismo; Padrão Dólar Flexível; Sistema Monetário e Financeiro Internacional

JEL: N-40, N-46

Financial imperialism and informal domination: A comparison between Dollar Diplomacy in the Caribbean and the current America's financial dominance

Abstract

In this paper we intend to demonstrate that US imperialism, which emerged in the early twentieth century, in the Caribbean and Central America, resembles the american form of domination after the collapse of Bretton Woods. Here we have focused on the dollar diplomacy, and the explicit relationship between the interests of Washington and Wall Street - especially in government Taft - very similar to the ones found from the 1970s. The hypothesis adopted here is that the unilateral stance of United States, first across the Caribbean and Central America, and years later across the rest of the world, were an expression of American imperialism consolidated from the interests of a financier elite.

Keywords: Dollar Diplomacy; Imperialism; Flexible-Dollar-Standard; Financial and International Monetary System

INTRODUÇÃO

O início do século XX foi um período de grande rivalidade imperialista, e constantes disputas entre as potências europeias ávidas por novas colônias. Neste contexto, o objetivo do governo Theodore Roosevelt era assegurar o controle dos Estados Unidos sobre a região do Caribe afastando a influência das potências europeias. Contudo, Roosevelt enfrentava pressões anticolonialistas, ou seja, a instituição de protetorados militares na região, como havia sido feito em Cuba, não era uma opção. Após a crise na Venezuela em 1901 – devido às dificuldades no pagamento de sua dívida externa, junto aos credores europeus – os Estados Unidos assumiram o papel de polícia internacional, e abriram possibilidade para intervenções no continente por meio do Corolário Roosevelt, a reformulação da Doutrina Monroe.

A intervenção dos Estados Unidos na República Dominicana, em 1904, mudou o rumo da política externa norte-americana. O modelo dominicano de reabilitação foi a inspiração para a Diplomacia do Dólar, que surgiu no governo seguinte sob o comando de Taft. A estratégia de política externa para o Caribe e América Central consistia na criação de protetorados fiscais a partir de empréstimos controlados: eram concedidos empréstimos via bancos privados americanos, destinados para o *refunding* das dívidas dos países caribenhos com os credores europeus. O empréstimo era concedido mediante a nomeação de um supervisor fiscal, responsável pela coleção nas alfândegas nos protetorados fiscais – e que remeteria o pagamento aos bancos americanos. Assim, os bancos americanos se beneficiavam de oportunidades de investimentos no exterior – com riscos reduzidos – e o Departamento de Estado instituíra uma forma de controle [não colonial] sobre os países da região, e também impedia as intervenções europeias para a coleta de dívidas.

A característica central desta modalidade de empréstimos controlados é a estreita relação entre o Departamento de Estado e os grandes bancos americanos – como o J.P. Morgan, Kuhn & Loeb, National City dentre outros – principalmente no governo Taft. Aqui neste trabalho pretendemos demonstrar que esta aliança entre os interesses de Washington e Wall Street, que marca o início da empreitada americana nesta modalidade de imperialismo não colonial, é semelhante à relação entre os interesses dos financistas americanos e o governo dos Estados Unidos a partir de 1970.

Assim como a Diplomacia do Dólar no Caribe consistiu em uma espécie de imperialismo em conjunto com o capital financeiro privado norte-americano, a hipótese deste

trabalho é que a estrutura de poder dos Estados Unidos após o colapso de Bretton Woods assumiu contornos imperiais – por meio da instauração de um sistema monetário e financeiro internacional, ancorado na senhoriagem no dólar e na preponderância do sistema financeiro americano. O *Padrão Dólar-Flexível*¹, assim como a Diplomacia do Dólar no Caribe, é uma espécie de imperialismo financeiro norte-americano, que emana da relação entre Washington e Wall Street.

O artigo é dividido em três seções, além desta introdução. A primeira seção expõe a Diplomacia do Dólar, e possui quatro subseções. Na primeira apontamos as origens do imperialismo americano, assim como a importância estratégica do Caribe e a mudança de postura dos Estados Unidos frente à região a partir do Corolário Roosevelt. A segunda subseção expõe o modelo dominicano de reabilitação, e a terceira consiste na estrutura da parceria entre os bancos americanos e o departamento de Estado. A quarta, e última, subseção consiste em uma análise da Diplomacia do Dólar no governo Taft.

A segunda seção do artigo consiste em uma análise sobre a forma de domínio financeiro dos Estados Unidos sobre o resto do mundo a partir de 1980 – por meio da instauração de um novo sistema monetário e financeiro internacional – e que consideramos como uma espécie de imperialismo financeiro. Por fim, na última seção faremos algumas considerações sobre as semelhanças entre estas duas formas de imperialismo, dando ênfase na relação entre o Departamento de Estado e os financistas de Nova York.

I) A DIPLOMACIA DO DÓLAR NO CARIBE

O ímpeto imperialista, a importância estratégica do Caribe, e o Corolário Roosevelt

A Guerra Hispano-Americana é reconhecida pelos historiadores como o primeiro passo dos Estados Unidos em sua marcha imperialista. Desde 1898, a partir da vitória na guerra contra a Espanha, os Estados Unidos adotaram como objetivo a criação e consolidação de uma zona econômica e militar na América Latina, com ênfase na América Central e Caribe – devido ao seu posicionamento estratégico. A guerra que se iniciara com o pretexto de libertar Cuba, era na realidade uma guerra para expandir o império americano, e assegurar sua hegemonia regional.

¹ (SERRANO, 2000)

Após derrotar a Espanha, os Estados Unidos assumiram o controle de Guam, Porto Rico e das Filipinas, enquanto Cuba se tornava um Estado independente (apenas no papel) pois na realidade havia se convertido em um protetorado norte-americano. ‘Essa foi a primeira guerra visando à conquista de territórios não-contíguos, a primeira na qual o Tio Sam foi imperialista e colonialista, a primeira na qual o interesse pelo comércio e investimentos externos ultrapassou o interesse territorial’. (LENS, 2006: 235). Após a vitória contra a Espanha e o domínio das Filipinas, a aspiração imperial foi incorporada à política externa norte-americana, e a construção do império norte-americano entre 1901 e a Primeira Guerra Mundial se deu por meio da transformação dos países do Caribe e América Central em protetorados fiscais. (BASTOS, 2002).

A expansão imperial dos Estados Unidos era inevitável, dada a sua produção capital intensiva combinada com o fato de não possuir mercado consumidor interno que absorvesse toda a sua produção. Assim, a necessidade de escoar o excedente de bens e capital, além da busca por fontes de matérias-primas lançou os Estados Unidos em sua jornada imperialista. No entanto, no início do século XX as cartas já estavam dadas pelas principais potências europeias, e como aponta Lens (2006: 300) o padrão colonial estava implantado em quase toda África e maior parte da Ásia, de forma que não havia muitas colônias disponíveis no Velho Mundo, e a ocupação militar da América do Sul era inviável, pois os Estados Unidos não poderiam arriscar um conflito imperialista com a Alemanha ou Inglaterra, devido à dimensão de sua inferioridade militar em relação à última.

Dado o contexto de escassez de novas colônias que pudessem ser conquistadas, os Estados Unidos deram início a uma nova forma de imperialismo, empregando novos meios para subjugar outras nações.

Washington descobriu que nações mais fracas poderiam ser forçadas a servir aos objetivos americanos sem que fosse necessário ocupá-las: por meio de acordos comerciais e financeiros, e de empréstimos acrescidos de severas condições; pelo treinamento de exércitos satélites, pela ameaça de intervenção militar e, só quando outros meios se mostrassem inadequados, pelo desembarque de fuzileiros navais. O resultado desse processo foi uma "esfera de influência" que, em muitos aspectos, era uma mais firme para o império - e menos custosa de administrar - que uma colônia. (LENS, 2006: 301)

O presidente Theodore Roosevelt, sucessor de McKinley, era herdeiro de uma família abastada, e proeminente nos negócios de Nova York. Conhecido por ser um líder vigoroso, não escondia o seu desprezo pelos latinos americanos, e em governo pôde exercer seu ímpeto imperialista – evidente desde que ocupara o cargo de Secretário Assistente da

Marinha durante governo McKinley. ‘Roosevelt se tornou o porta-voz de uma nação que, sem dúvida alguma, caíra sob o poder das grandes corporações e dos colossos financeiros e para a qual a expansão comercial e estratégica se tornaria o modo de vida’. (LENS, 2006: 303). No entanto, Roosevelt nunca foi um colonizador, e em seu governo não buscou anexar nenhum outro território como ocorrera com as Filipinas. Os Estados Unidos são tradicionalmente imperialistas, mas não colonialistas, ou seja, anexação de territórios não é parte da tradição política norte-americana. (LENS, 2006)

Durante o governo Roosevelt, foi assinado um acordo entre os Estados Unidos e o Panamá, prevendo a construção de um canal que ficaria sob o controle americano. Esta via marítima permitia a conexão entre as duas costas americanas, e garantia acesso aos mercados no Extremo Oriente, que era parte da estratégia de expansão comercial norte-americana, principalmente após a aquisição das Filipinas. De acordo com Bastos (2012: 9), a guerra com a Espanha e o controle sob o canal do Panamá devem ser vistos como aspectos de um mesmo processo de expansão, visando tornar o Caribe uma zona econômica e militar segura para os Estados Unidos.

Bastos (2012: 11) aponta que os Estados Unidos abandonaram a anexação imperial e a criação de protetorados, e instituiu a tática do controle financeiro sobre países soberanos – que não deixava de ser amparado pelo poder militar. O evento histórico que mudou o curso da política externa americana, dando origem ao “novo” imperialismo, foi a intervenção militar das principais potências imperialistas: Alemanha, Inglaterra e Itália; em dezembro de 1901, na Venezuela. Ao consultarem Washington sobre a possibilidade de uma intervenção armada para coletarem os pagamentos, e reparações aos investidores lesados – devido à instabilidade política e econômica que se encontrava a Venezuela desde a eclosão da guerra civil em 1898 – Roosevelt concedeu carta branca às potências europeias, que logo decretaram o bloqueio dos portos e o bombardeio do Forte San Carlos em 1902.

Ainda que a contragosto, o presidente Roosevelt permitiu a intervenção europeia na Venezuela, pois declarou que as questões comerciais não estavam inclusas na Doutrina Monroe, e caso um país não se mostrasse politicamente eficiente para honrar as suas dívidas e obrigações, que os países lesados poderiam punir os Estados inadimplentes – pois a punição ainda que na forma de intervenção militar não significaria a aquisição de territórios em continente americano. Esta declaração abria precedentes para mais incursões militares europeias nos países da América Latina em um contexto de acirrada concorrência

imperialista, o que poderia minar a hegemonia americana na região, ameaçando a consolidação da zona de influência americana no Caribe e na América Central.

A resposta para este impasse foi a declaração de Roosevelt, durante a crise na República Dominicana em 1904, mais conhecida como o Corolário Roosevelt.

A Doutrina Monroe fora elaborada contra as ambições da Europa; o Corolário remodelou-a para ir contra a soberania da América Latina. Em essência, reafirmava que os Estados Unidos não tolerariam intervenção europeia direta na América Latina, mas acrescentava um novo elemento: já que as intervenções às vezes são necessárias, essa prerrogativa estava agora reservada exclusivamente aos Estados Unidos da América. (LENS, 2006: 311)

O Corolário Roosevelt foi a semente que deu origem à diplomacia do dólar: a utilização de recursos financeiros privados para a obtenção de ganhos geopolíticos. Washington passava a encorajar os bancos americanos a assumirem as dívidas dos países na região da América Central, e em contrapartida o Estado garantia que os credores seriam pagos. Um dos meios utilizados era o controle das alfândegas dos países inadimplentes por funcionários americanos, garantindo que o dinheiro arrecadado fosse direcionado para os credores. Era uma estratégia que servia tanto aos interesses de Washington, como aos banqueiros de Wall Street. (SMITH, 2008: 59).

O modelo dominicano

O Caribe era uma região de importância estratégica na administração Roosevelt, e a reformulação da Doutrina Monroe a partir do Corolário Roosevelt alterou substancialmente as relações entre os Estados Unidos e os países da região, considerada o “Lago Americano”. O Corolário representou a adoção de uma postura mais unilateral por parte dos Estados Unidos, e a diplomacia do dólar, ainda que fosse considerada uma política externa progressista, era uma das facetas do imperialismo americano que surgiu no início do século XX.

O modelo dominicano de intervenção surgiu em um contexto no qual a aquisição de novos protetorados era uma prática condenada pelo Congresso norte-americano, e os sentimentos anti-imperialistas (colonialistas) impediam que o governo Roosevelt aplicasse em Santo Domingo (atual República Dominicana) a mesma política utilizada em Cuba, ou no Panamá – ou seja – a ilha Caribenha não poderia ser incorporada sob o status de protetorado. A Diplomacia do Dólar surgiu como expressão do Corolário Roosevelt, e era sustentada por um discurso sobre a superação do imperialismo, e a adoção de uma política externa mais benevolente e progressista.

A proximidade do seu porto, na Baía de Samaná, ao canal do Panamá, tornava Santo Domingo (atual República Dominicana) um território estrategicamente importante para o governo Roosevelt. Visando dar credibilidade ao Corolário, e ao mesmo tempo evitar o peso e o desgaste de engatar um projeto de imperialismo territorial, os oficiais do governo americano firmaram uma parceria com os bancos, e com economistas profissionais – dando forma à diplomacia do dólar. (ROSENBERG, 1999: 52)

Em 1892, a Companhia de Melhoramentos de Santo Domingo – uma corporação americana, com sede em Nova York – comprou a dívida que o governo de Santo Domingo possuía com a *Dutch Company*, e poderia coletar a arrecadação das alfândegas para assegurar o pagamento da dívida, mas na realidade, a Companhia nunca chegou exercer controle efetivo sobre as rendas da ilha. Para o presidente Ulisses Heureaux a Companhia americana era uma grande aliada para contrabalancear os interesses financeiros europeus, e um meio de aproximação política e comercial aos Estados Unidos. O assassinato do presidente em 1899, e a política comercial americana favorecendo o açúcar cubano, aumentaram o clima de insegurança e preocupação em Santo Domingo, uma vez que a indústria açucareira se via ameaçada. (ROSENBERG, 1999: 42)

Por volta 1902 o governo de Santo Domingo encontrava-se com o Tesouro falido, e com uma dívida de 32 milhões que deveria ser paga aos emprestadores de diversos países, na sua maioria, europeus. (LENS, 2006: 311). Havia o temor da intervenção europeia, ou seja, que navios italianos e franceses tomassem os portos e as alfândegas de Santo Domingo, e coletassem o pagamento das dívidas – como ocorrera na Venezuela. Temendo outra intervenção, o presidente Roosevelt reafirmou o seu Corolário em 1904, e deu início a um acordo com o governo de Santo Domingo. Vale ressaltar que em Santo Domingo a aproximação com os Estados Unidos era vista pelo governo como a única possibilidade de evitar a bancarrota, e uma intervenção militar europeia, além de solidificar o setor exportador e aumentar o prestígio político interno do governo (frente às oposições) através da entrada de dinheiro no país e melhora das condições econômicas. (ROSENBERG, 1999:42)

Em 1905, o representante americano em São Domingos, Thomas C. Dawson, instruído pelo Secretário de Estado dos Estados Unidos, John Hay, sugeriu ao governo dominicano que solicitasse ajuda aos Estados Unidos, e concedesse a administração e controle de suas alfândegas. Foi assinado um protocolo, no qual quarenta e cinco por cento das taxas seriam repassadas ao governo dominicano, e os outros cinquenta e cinco por cento seriam

aplicados no serviço das dívidas tanto com a San Domingo Improvement Company, quanto com os europeus. O protocolo também previa a revisão da dívida dominicana, e o refinanciamento da mesma via bancos privados americanos. (LENS, 2006: 313). O Senado americano se negou a ratificar o tratado, e o presidente Roosevelt o ratificou por meio de um *modus vivendi*, um acordo executivo com o presidente de Santo Domingo, no qual o governo dominicano convidava os Estados Unidos a assumirem o controle de suas alfândegas.

O *refunding* da dívida de Santo Domingo foi negociado pelo expert financeiro Jacob Hollander, que havia realizada a reforma para a adoção do Padrão-ouro em Porto Rico. Hollander, também promoveu a adoção ao ouro em Santo Domingo e criou o modelo de reabilitação dominicano – ou seja – a aliança entre o Departamento de Estado, os bancos privados americanos, intermediada pelos conselheiros financeiros. (ROSENBERG, 1999: 45)

Os Estados Unidos não poderiam assumir a responsabilidade sobre a dívida de Santo Domingo, pois a coalizão anti-imperialista não permitiria a adoção da ilha como mais um protetorado – assim, Hollander renegociou a dívida junto aos bancos privados, e os Estados Unidos seriam responsáveis apenas pela supervisão fiscal do país. Roosevelt havia conseguido driblar os anti-imperialistas por meio da criação de um novo status: protetorado fiscal.

Hollander buscou firmar um acordo entre o governo de Santo Domingo e os bancos privados no modelo do capitalismo gerencial. Em 1906 foram elaborados dois documentos: um entre a República Dominicana e os Estados Unidos, no qual foi acordado que o presidente dos Estados Unidos nomearia um administrador responsável pelas alfândegas dominicanas, e a República Dominicana não assumiria mais dívidas ou reduziria seus impostos sem o consentimento dos Estados Unidos. O segundo documento, que só seria acordado mediante a assinatura do primeiro, era um contrato de empréstimo entre o governo dominicano e o banco de investimento Kuhn & Loeb Company, no valor de vinte milhões de dólares, aplicados em títulos de 50 anos, com juros de 5% (relativamente altos). A Morton Trust Company se tornou o agente fiscal e depositário dos pagamentos. O Senado americano ratificou o acordo entre os Estados Unidos e a República Dominicana em 1907. (ROSENBERG, 1999: 46), (SMITH, 2008: 60)

Cabe destacar que as negociações, e os contratos estabelecidos partiram do interesse do Departamento de Estado norte-americano, e não dos interesses dos capitalistas na busca

por ganhos econômicos. Se tratava então de uma política pública, na qual a diplomacia do dólar era sustentada pela retórica de ampliar a eficiência da máquina administrativa dos países inadimplentes. A atuação do Estado americano foi crucial para que fosse realizado o acordo entre o governo dominicano e a Kuhn & Loeb Company, da mesma forma que não teria se chegado a um acordo entre os dois Estados sem o capital do banco de investimento privado. ‘O setor público e o privado se fundiram, dando origem a uma nova ordem corporativista’. (ROSENBERG, 1999: 57)

A parceria entre os bancos americanos e o departamento de Estado

A fórmula para a Diplomacia do Dólar consistia em três elementos: 1) os bancos privados-norte americanos; 2) os conselheiros financeiros americanos; 3) os oficiais do governo dos Estados Unidos. O primeiro dos elementos, o setor bancário privado norte-americano, realizava empréstimos para os Estados considerados “investimentos de risco”. Estas instituições financeiras buscavam obter em seu portfólio títulos públicos com taxas de juros elevadas, e estavam dispostas a financiar empréstimos que fossem direcionados tanto para o pagamento de títulos antigos, como para obras domésticas. (ROSENBERG, 1999:56)

O segundo elemento, os conselheiros financeiros americanos, formalmente ou informalmente relacionados aos empréstimos realizados pelos bancos privados, eram encarregados das reformas fiscais e administrativas nos países tomadores de crédito. Estes economistas profissionais já possuíam experiência com a reabilitação financeira de outras colônias americanas. Os conselheiros financeiros deveriam realizar mudanças fiscais, como a estabilização do padrão-ouro, a criação de um banco central, austeridade fiscal, e administração racionalizada – a implantação de um modelo considerado moderno e científico, que traria a estabilidade econômica para os países, e a segurança de que os empréstimos concedidos seriam pagos. (ROSENBERG, 1999: 56)

Finalmente, o último elemento, os oficiais do governo que orquestravam os acordos entre os bancos privados e os conselheiros financeiros, de acordo com o que era considerado interesse nacional dos Estados Unidos. O objetivo geral do Departamento de Estado era dominar a região do Caribe e América Central, e para isto eles se comprometiam a estabelecer um *receivership*, ou seja, um funcionário responsável pela supervisão da contabilidade fiscal do país devedor, e pelo envio regular dos pagamentos referentes ao empréstimo obtido junto aos bancos privados.

Ao final do século XIX os Estados Unidos sofreram mudanças substanciais na estrutura de financiamento de sua economia: 1) o desenvolvimento de bancos de investimentos e dos mercados de títulos (bond markets); 2) a adoção do “managerial capitalism”, ou capitalismo gerencial; 3) a confiança do governo americano na mobilização de capital por meio do sistema financeiro privado. Estas mudanças na estrutura de financiamento dos Estados Unidos foram o arcabouço institucional dos empréstimos controlados estendidos aos países do Caribe, e explicam a relação entre o projeto imperialista americano e o capital financeiro privado.

A infraestrutura e o crescimento dos mercados financeiros logo estabeleceram Nova York como polo de poder financeiro, tanto no âmbito doméstico como internacional, e os bancos privados americanos passaram a atuar como credores internacionais – pois os empréstimos aos governos estrangeiros apresentavam-se como negócios altamente rentáveis, além de garantirem prestígio aos investidores americanos. Ademais, o declínio das taxas de juros norte-americanas, na primeira metade da década de 1900, estimulou os bancos de investimento a se aventurarem em financiamentos externos, através da compra de títulos públicos de outros países em busca de taxas de retornos elevadas. (ROSENBERG, 1999: 47-48)

A prática de enviar conselheiros financeiros, economistas profissionais para realizarem reformas fiscais nos países que contraíam dívidas junto aos bancos privados americanos tem sua origem na difusão do “capitalismo gerencial”, que se difundiu nos Estados Unidos ao final do século XIX e tornou-se uma prática comum do setor financeiro americano. Em linhas gerais, quando um banco socorria uma empresa que estava prestes a falir eram delegados consultores financeiros que realizavam uma série de reformas dentro da empresa: reorganização financeira, centralização e racionalização das operações – visando assegurar o retorno do investimento e reduzir o risco de default (ROSENBERG, 1999: 50). A diplomacia do dólar nada mais era que o “capitalismo gerencial” levado além-mar, ou seja, a prática de assegurar o retorno dos investimentos privados através de reformas fiscais.

Quanto à confiança do governo americano na mobilização de capital por meio do setor privado, cabe destacar o papel da instituição financeira J.P.Morgan, que organizou o resgate de instituições sem solvência, e atuou como emprestador de última instância (em conjunto com outros bancos), evitando a quebra da bolsa de Nova York, em 1907. O Federal Reserve só foi criado em 1913, de forma que a sustentação do sistema financeiro norte-

americano era confiada aos grandes bancos de investimentos privados. (ROSENBERG, 1999: 51).

Assim, a relação entre o setor financeiro privado e o governo dos Estados Unidos tem início ao final do século XIX, e se solidificou a partir do desenvolvimento do sistema financeiro americano. Pode-se dizer que capital financeiro privado financiava o expansionismo norte-americano através de empréstimos controlados.

O governo Taft: política externa, contratos privados

William Howard Taft, antes de se tornar presidente dos Estados Unidos (1909-1912), já havia trabalhado para o Estado norte-americano no exterior, e possuía experiência nas administrações coloniais. Foi nomeado pelo presidente McKinley em 1900 para compor a comissão enviada às Filipinas, e nos anos seguintes se tornou o primeiro governador civil da ilha. Em 1904 passou a ocupar o cargo de Secretário de Guerra do governo Roosevelt, e esteve próximo das administrações americanas em Cuba e no Panamá. Quando presidente dos Estados Unidos, adotou a diplomacia do dólar como diretriz de política externa, ou seja, a aplicação do modelo dominicano e a criação de protetorados fiscais – “a substituição de balas por dólares”. De fato, a estrutura dos empréstimos controlados que surgiu no governo Roosevelt ganhou o nome de Diplomacia do Dólar no governo Taft. (SCHOULTZ, 2000: 235) (ROSENBERG, 1999: 61)

O Secretário de Estado de Taft, Philander Knox, deu continuidade à política externa de Roosevelt, e alegava que a criação de protetorados fiscais e a presença dos Estados Unidos através das finanças reduziria a necessidade de intervenção militar na região do Caribe. Assim como Roosevelt e Taft, Knox discursava sobre a necessidade de levar o progresso para civilizações atrasadas, e alegava que a instabilidade política que ameaçava os negócios americanos no Caribe, ou ocasionavam inadimplência destes países frente aos credores europeus – forçando a ocupação de suas alfândegas – seria contida por meio da reestruturação econômica. Em linhas gerais, a adequação das economias caribenhas ao modelo dominicano levaria prosperidade e estabilidade política a estes países, e a redução da presença europeia consolidaria a hegemonia americana na região.

A principal intervenção do Governo Taft na América Central foi na Nicarágua, quando a relação entre os dois países começou a deteriorar em 1903, após a escolha do

Panamá para a construção do Canal. O presidente da Nicarágua José Santos Zelaya, liberal e aliado ao presidente mexicano Porfirio Díaz, disputava a liderança regional com Manuel Estrada Cabrera – da Guatemala. Os Estados Unidos consideravam esta disputa como fator de instabilidade na região do Lago Americano, e dada a importância do Canal do Panamá e o projeto de Taft visando a consolidação da hegemonia americana no Caribe, os Estados Unidos não poderiam permitir a expansão do poder de Zelaya na região. (SCHOULTZ, 2000: 235-247)

De acordo com Rosenberg (1999: 66), Zelaya possuía um programa nacionalista que visava integrar o país economicamente, e politicamente sob o seu comando, estendendo canais de transporte de Manágua até o Atlântico, taxando a exportação de bananas e cancelando a concessão de empresários americanos nas plantations de banana localizadas principalmente em Bluefields. Ademais, Zelaya parecia estar se aproximando de outras potências para viabilizar a construção de um canal rival ao do Panamá.

No ano de 1909 eclodiu uma rebelião contra o presidente da Nicarágua, liderada pelo Governador General Juan Estrada, de Bluefields – onde residiam muitos cidadãos americanos. No ano seguinte Zelaya renunciou, e antes que o governo de seu sucessor invadissem Bluefields, os Estados Unidos desembarcaram tropas e instalaram o governo de Estrada na Nicarágua. Em 1910, Thomas Dawson negociou com Estrada os termos de um empréstimo controlado que seria estendido à Nicarágua, e após sua renúncia em 1911, o vice-presidente Adolfo Díaz assinou o acordo conhecido como Knox-Catrillo.

O Tratado-Knox-Catrillo comprometia a nova administração Díaz a negociar um empréstimo com “algum grupo bancário americano competente e confiável” com reembolso assegurado pelas alfândegas nicaraguenses, cujas atividades deveriam ser supervisionadas por um funcionário selecionado pela Nicarágua, mas de uma lista de indivíduos submetida pelos banqueiros dos EUA e aprovada pelo Presidente dos EUA. (SCHOULTZ, 2000: 245)

O primeiro caso de aplicação do modelo dominicano no Governo Taft foi em Honduras, considerada pelos Estados Unidos como peça central na disputa regional. O país era governado por um regime militar aliado ao presidente Zelaya, e estava com dificuldades de honrar os pagamentos de sua dívida externa com a Inglaterra desde 1873. Em 1909 o Departamento de Estado entrou em contato com o banco J.P. Morgan - que negociou o refunding da dívida hondurenha com os *bondholders* britânicos. Charles Conant foi o conselheiro financeiro, que mediou as negociações entre o Ministro das Finanças de Honduras, Juan Paredes, e o J.P. Morgan. (ROSENBERG, 1999: 66)

Em janeiro de 1911 a convenção Knox-Paredes estava pronta, juntamente com um pacote de empréstimo para Honduras. Assim como na convenção de Santo Domingo, os Estados Unidos se comprometiam em nomear um funcionário responsável pela administração e coleta das alfândegas, além de remeter os pagamentos para os credores internacionais. No mesmo ano a convenção Knox-Castrillo foi negociada com a Nicarágua, agora governada pelo presidente Adolfo Díaz, após o golpe revolucionário contra Zelaya – apoiado pelo governo dos Estados Unidos sob o pretexto de proteger vidas e propriedades americanas.

Diferentemente do modelo dominicano, nos acordos estabelecidos com Honduras e com a Nicarágua, o funcionário nomeado como fiscal coletor das alfândegas era escolhido pelos governos locais, dando um ar menos impositivo às convenções. Ademais, a Diplomacia do Dólar no Governo Taft possuía algumas especificidades, como a inserção de cláusulas nos tratados que previam a realização de reformas monetárias instituindo o padrão-ouro, e a criação de um banco central no país devedor, com reservas depositadas nos bancos de Nova York. Estas reformas, em conjunto com a fiscalização das alfândegas, viabilizariam os empréstimos e o *refunding* das dívidas externas por parte dos bancos privados norte-americanos. Cabe destacar que a adoção do padrão-ouro pelos países caribenhos era lucrativa tanto para o protetorado fiscal, como para os banqueiros que lucravam com os fundos das reservas em ouro depositadas em seus bancos. (ROSENBERG, 1999: 64)

É interessante apontar que a Nicarágua, diferente de Honduras, não apresentava dificuldades econômicas no pagamento sua dívida externa, e o empréstimo contraído seria direcionado para as reivindicações justificadas – leia-se reivindicações indenizatórias dos líderes do Partido Conservador para ressarcir os custos da revolução contra Zelaya – e reparações às famílias de dois americanos fuzilados durante a revolução pelas forças contra revolucionárias de Zelaya. Na realidade, não havia razão para o governo da Nicarágua contrair empréstimos juntos aos bancos americanos, e havia forte oposição para a assinatura do tratado na Nicarágua, assim como em Honduras. No entanto, o Presidente Díaz além de ser aliado dos Estados Unidos, também era um dos líderes do partido que receberia as indenizações advindas dos empréstimos.

Nos Estados Unidos, ambas as convenções foram vetadas pelo Congresso, sob as alegações de que os empréstimos controlados poderiam evoluir para um maior comprometimento político e militar dos EUA. Além disso, foram expressas repressões contra

o tipo de relação que se estabelecia entre o poder executivo e os grandes bancos americanos por meio desta modalidade de empréstimos controlados no âmbito internacional.

De fato, o governo Taft é emblemático pela relação explícita entre os grandes bancos de investimento e o Departamento de Estado, como é evidente na Diplomacia do Dólar. A convenção de Santo Domingo abriu precedentes para que as instituições financeiras se interessassem pelo *refunding* das dívidas dos países caribenhos, por meio de empréstimos controlados, em parceria com o governo dos Estados Unidos. Os bancos J.P. Morgan, National City, Kuhn & Loeb, e o First National – grandes competidores – decidiram colaborar em projetos encorajados pelo Departamento de Estado. Nos meses de junho e julho de 1909, estes quatro bancos se juntaram em um consórcio para discutir a elaboração de empréstimos para a China, e também criaram o *North American Group*, com o objetivo de discutir novas oportunidades financeiras na América Latina. (ROSENBERG, 1999: 65)

A estreita relação entre o Executivo e os financistas americanos tornou-se mais evidente após os planos para a criação dos protetorados de Honduras e da Nicarágua não passarem pelo Congresso dos Estados Unidos, pois o Taft e Knox não desistiram da Diplomacia do Dólar, e buscaram efetivar a criação de protetorados fiscais por meios de acordos privados entre os bancos americanos e os governos dos demais países. Utilizando o exemplo da Inglaterra, que havia criado protetorados fiscais a partir de acordos de empréstimos privados, o Departamento de Estado procurou maneiras de incluir cláusulas nos contratos de empréstimos entre os bancos americanos e os países devedores. Estas cláusulas garantiam a intervenção dos EUA em caso de default, minimizando o risco das operações. Além disso, estes acordos privados não estavam sujeitos à aprovação no Congresso – evitando o debate público acerca das intenções imperialistas do governo dos EUA.

Uma das maneiras de garantir a ação americana em caso de inadimplência era a inserção de uma cláusula de arbitragem: a eleição de um árbitro apontado pela instituição financeira que poderia ser o Chefe de Justiça da Suprema Corte dos Estados Unidos, ou um árbitro nomeado pelo Secretário de Estado dos EUA para mediar a negociação da dívida. Caso o governo devedor se recusasse a aceitar o árbitro nomeado, ou após finalizada a negociação entre as partes o governo inadimplente não cumprisse suas obrigações, estaria suspensa a proibição do uso da força – abrindo espaço para as intervenções militares americanas.

No empréstimo para a Nicarágua, os bancos Brown Brothers e Seligman desenvolveram um outro método para evitar a aprovação no Congresso americano. Os bancos procederem com um empréstimo menor, de 1.5 milhões de dólares, e inseriram no contrato a contratação de coletor geral americano, nomeado pelos bancos e aprovado pelo Departamento de Estado². Ademais, os banqueiros contrataram o *financial adviser* – Charles Conant – para instituir a implantação do padrão-ouro, e forneceram o dinheiro ao governo Díaz em troca do controle do Banco Nacional da Nicarágua (criado a partir do acordo), e o controle majoritário da ferrovia Pacific Railway – o único bem de capital significativo do governo da Nicarágua. Desta forma, Taft e Knox lograram em estabelecer um protetorado fiscal na Nicarágua, ainda que sem a aprovação do Congresso³. (ROSENBERG: 1999: 74), (SCHOULTZ, 2000: 245)

Apesar de se tratar de um contrato privado entre os bancos americanos e o governo da Nicarágua, o Departamento de Estado dos EUA esteve envolvido durante todo o processo de negociação. A partir deste momento, a diplomacia do dólar assumiu novos contornos, deixando de ser uma questão política e pública, tornando-se o resultado de contratos privados e relações de mercado. Aqui é onde os interesses do governo Taft e dos financistas convergem, e se fundem, e o interesse imperialista dos Estados Unidos deixa de ser apresentado na sua forma política, a partir de convenções entre Estados desiguais, e passa a ser exercida através dos interesses privados.

O termo “Diplomacia do Dólar” não transmite o sentido claro de quem está fazendo o quê para quem. São os dólares ajudando a diplomacia, ou a diplomacia estimulando o lucro em dólares? O Secretário Assistente Huntington Wilson acreditava que os dólares estavam ajudando a diplomacia, “usar o capital do país no campo estrangeiro de uma maneira calculada para realçar as políticas nacionais fixadas. Isto significa a substituição de balas por dólares”. Mas Taft, em sua mensagem de despedida, assegurou que sua política tinha sido “dirigida para o aumento do comércio americano sobre o princípio axiomático deque o Governo dos Estados Unidos deve estender todo apoio a todo empreendimento americano legítimo e benéfico no estrangeiro. Para Taft, a Diplomacia do Dólar significava a diplomacia estimulando o Dólar. (SCHOULTZ, 2000: 238)

É possível inferir que a diplomacia do dólar em sua primeira forma, em Santo Domingo, era a diplomacia estimulando o dólar, e no segundo momento a partir dos contratos privados, foram os dólares abrindo as portas para a “diplomacia”. Na realidade, eram os dólares abrindo as portas para a intervenção militar, como ocorreu na Nicarágua, em 1912,

² Foi nomeado como coletor das alfândegas na Nicarágua o Coronel Clifford D. Ham, que havia participado da administração colonial das Filipinas. (ROSENBERG, 1999: 74)

³ Outros empréstimos via acordos privados foram elaborados pelo Departamento de Estados e os bancos americanos, visando estabelecer protetorados fiscais em Honduras, Guatemala, e na China – mas nunca foram concretizados. O único empréstimo semelhante ao da Nicarágua foi o concedido à Libéria, criando outro protetorado fiscal americano.

quando os Estados Unidos enviaram tropas para conter a tentativa do golpe, liderado pela facção liberal, contra o governo de Díaz. O discurso de intervir militarmente para proteger vidas e propriedades americanas ganhava um novo impulso: proteger os interesses dos bancos americanos. (ROSENBERG, 1999: 77)

A intervenção militar na Nicarágua gerou repercussão negativa nos Estados Unidos, e os democratas e alguns republicanos passaram a denunciar a Diplomacia do Dólar como uma fórmula imperialista. Cresceu neste período o debate sobre os efeitos negativos que a cartelização das instituições financeiras gerava sobre a economia americana, e o sentimento de aversão em relação aos bancos americanos e seus lucros extraordinários. Neste contexto, a política externa do governo Taft foi acusada pelos seus opositores de ter sido capturada pelos interesses dos financistas norte-americanos. (ROSENBERG, 1999: 78)

A Diplomacia do Dólar continuou no governo Wilson, como demonstra o empréstimo controlado estendido ao Haiti em 1915, e se converteu em um protetorado militar indireto – em decorrência do seu caráter estratégico no contexto da Primeira Guerra Mundial. A supervisão fiscal no governo Wilson foi caracterizada por intervenções militares e a instituição de governos militares nos protetorados fiscais – como na República Dominicana. A visão mais assertiva do papel mundial dos Estados Unidos deveriam cumprir, e o novo ímpeto do congresso em expandir a influência americana, contribuíram para a mudança da Diplomacia do Dólar no governo Wilson.

A Diplomacia do Dólar para a América Latina foi substituída pela Política da Boa Vizinhança, no governo de Franklin Delano Roosevelt. A mudança política decorria de alguns fatores como a Grande Depressão – que reforçou a escassez internacional de dólares, ampliando os casos de inadimplência. A escassez de divisas levou os países a protegerem os seus mercados, aumento o nacionalismo econômico nas regiões periféricas do capitalismo. Além disso, a aproximação da Alemanha nazista ao mercado latino americano preocupava os americanos, que poderiam perder a influência na região, a qual já apresentava resistências às formas de intervenções violentas e hipócritas dos Estados Unidos por meio da Diplomacia do Dólar. (BASTOS, 2012: 18)

Dentre os motivos aqui apresentados, cabe destacar a impopularidade das instituições financeiras americanas após a Crise de 1929. O capital financeiro passou a ser considerado, pela opinião pública, a grande causa da depressão econômica que assolou os Estados Unidos e

o mundo. A ganância de Wall Street e os lucros extraordinários obtidos através da atividade especulativa passaram a ser condenados – e este trauma perdurou e refletiu-se na estrutura do acordo de Bretton Woods em 1944, que visava conter a expansão das finanças internacionais.

II) A NOVA DIPLOMACIA DO DÓLAR E O ATUAL IMPERIALISMO FINANCEIRO

Após a Segunda Guerra Mundial, iniciou-se um período de grande prosperidade e estabilidade mundial – esta fase, inaugurada pelo acordo de Bretton Woods, foi caracterizada pela consolidação do poder hegemônico dos Estados Unidos e perdurou até meados dos anos 1970. Este período de prosperidade ficou conhecido como os “30 gloriosos”, no entanto, não cabe aqui descrevê-lo de forma minuciosa. O foco da presente discussão tem início justamente nos anos 1970, após o colapso deste Sistema.

Entendemos que o resultado das transformações ocorridas na década de 1970 – em termos de política monetária dos Estados Unidos frente ao resto do mundo, juntamente com as políticas de liberalização financeira, foi um novo padrão monetário e financeiro que passou a reforçar o poder dos Estados Unidos. A adoção do *Padrão Dólar Flexível* – decorrente do abandono da conversibilidade dólar-ouro em 1971, e a adoção de taxas de câmbio flutuantes (em 1973) – foi uma estratégia para proteger a posição internacional do dólar enquanto moeda-chave. (SERRANO, 2000)

O fim da conversibilidade dólar-ouro foi uma estratégia para restaurar o domínio dos capitais americanos a partir do padrão *dólar puro*:

O governo Nixon estava determinado a romper uma série de disposições institucionalizadas, que limitavam o domínio dos Estados Unidos na política monetária internacional, de modo a estabelecer um novo regime que lhe daria um poder monocrata sobre os negócios monetários internacionais. O capital dos Estados Unidos estava sendo realmente desafiado por seus rivais capitalistas em mercados de produção da época. A quebra do sistema Bretton Woods era parte de uma estratégia para restaurar o domínio dos capitais americanos, transformando o sistema monetário internacional em um regime de padrão dólar. (GOWAN, 2003: 45)

A gestação do novo sistema financeiro mundial não ocorreu de maneira instantânea, e foi um processo que demorou mais de uma década para tomar forma definitiva. O projeto dos Estados Unidos após o colapso de Bretton Woods foi a criação de um sistema monetário internacional que acomodasse a sua política doméstica sem restrições externas. A partir da instauração do *padrão dólar flexível* as demais economias se encontravam sujeitas à disciplina

dos mercados, de forma que a lógica dos operadores nesta estrutura financeira obriga os demais Estados a se ajustarem, e a financiarem o déficit norte-americano. (SERRANO, 2000)

De acordo com Tavares e Melin (1997) as crises que instabilizaram a economia mundial na década de 1970 foram seguidas da reafirmação da hegemonia americana no plano geoeconômico. De acordo com os autores, após o Choque de Juros em 1979 teve início a segunda “Diplomacia do Dólar”, uma série de políticas praticadas pelo Fed que mudavam de ênfase e direção conforme as conveniências da economia americana, e visavam restaurar a dominação econômica em âmbito mundial.

Helleiner (1995) aponta que a mudança de política econômica dos Estados Unidos e a implementação de uma nova ordem liberal possui duas razões. A primeira é que os Estados Unidos perceberam que a liberalização financeira ajudaria a preservar a autonomia da política norte-americana, uma vez que os fluxos especulativos eram cruciais para a estratégia dos Estados Unidos, como um meio indireto de forçar a Europa e o Japão a ajustarem o déficit externo norte-americano. A segunda foi emergência do neoliberalismo, que surgia nas figuras políticas de Reagan e Thatcher nos anos 1980, promovendo a liberalização dos mercados e disciplina fiscal em detrimento das políticas de bem estar social.

O Consenso de Washington surgiu ao final da década de 1980, um pacote de políticas econômicas liberalizantes cujo objetivo era promover o ajuste econômico dos países em dificuldade na América Latina. O Fundo Monetário Internacional, um dos pilares de Bretton Woods, tornou-se o órgão responsável pelo fornecimento de empréstimos internacionais, e em contrapartida, realizava a supervisão fiscal nos países tomadores de crédito. Este receituário de caráter neoliberal consistia na aplicação de reformas monetárias e fiscais, além da liberalização dos mercados e dos sistemas financeiros. O Consenso era parte do projeto de liberalização financeira mundial, um meio de inserir os países periféricos no novo sistema de financiamento através dos mercados de capitais. Assim, o ajuste macroeconômico e as políticas de liberalização eram vistos como uma etapa necessária para atrair os capitais internacionais.

A instituição de uma ordem financeira liberalizada era desejável para o financiamento dos déficits de conta corrente e orçamento norte-americanos, e a partir de 1983 os Estados Unidos passaram a incentivar os demais países a abolirem os seus controles de capitais. A estratégia de liberalização tinha como base as vantagens competitivas dos Estados

Unidos: a profundidade de seus mercados de capitais, o dólar enquanto moeda internacional, além das taxas de juros elevadas no governo Reagan. Assim, a liberalização financeira atrairia os capitais internacionais para os Estados Unidos. (HELLEINER, 1995)

Gowan (2003) aponta que a liberalização financeira promovida por Nixon fortaleceu o poder político norte-americano a partir da relação entre o dólar e Wall Street, beneficiando principalmente as instituições financeiras norte-americanas. Sua tese sugere que o regime dólar-Wall Street (DWSR – *Dollar-Wall Street Regime*) surgiu após o colapso do Sistema Bretton Woods e foi fruto das políticas norte-americanas em uma tentativa de vencer a estagflação e o declínio do poder dos Estados Unidos na década de 1970.

As políticas norte-americanas na década de 1970 que tinham como objetivo transferir as transações internacionais do controle dos bancos centrais para os operadores privados norte-americanos fortaleceu Wall Street. Após a instituição do “dólar puro” como moeda chave internacional, o dólar passou a reforçar Wall Street, e vice-versa:

Em primeiro lugar podemos ver como a nova centralidade do dólar levou as pessoas em direção a Wall Street para fazer negócios financeiros. Como o dólar tinha sido a moeda corrente mundial dominante, a grande maioria dos países iria querer deter a maior quantidade de suas reservas de moeda estrangeira em dólares, colocando-os dentro do sistema americano (ou em Londres). Da mesma forma, como muitas mercadorias importantes na economia mundial eram avaliadas e comercializadas em dólar, a comercialização de tais mercadorias almejaria aumentar suas finanças comerciais em Nova York e em Londres. [...] Ao mesmo tempo, havia uma realimentação inversa. A força de Wall Street, como centro financeiro, reforçou o domínio do dólar: para qualquer pessoa que queira tomar ou emprestar dinheiro, o tamanho e a força de um sistema financeiro são um fator muito importante. [...] Dessa forma, o tamanho e a profundidade dos mercados financeiros dos Estados Unidos e a força cada vez maior dos operadores financeiros americanos agem como uma atração para que as pessoas coloquem seus recursos no centro da área do dólar ou que levantem fundos neste centro. E assim, a força de Wall Street reforçou o domínio do dólar como uma moeda corrente internacional. (GOWAN, 2003, p.52)

O atual regime monetário e financeiro tornou-se um formidável instrumento de política econômica por parte dos Estados Unidos. A hegemonia norte-americana, após a emergência do DWSR, não seria mais exercida como forma de controle direto sobre os demais Estados: o poder teria se transformado em um poder estrutural baseado no dólar e nos mercados financeiros – que estariam cada vez mais concentrados nos Estados Unidos. (STRANGE, 1994)

É importante destacar a natureza hierárquica do atual sistema monetário e financeiro internacional, decorrente da posição central do dólar no sistema. A *senhoriagem* do dólar consiste nos privilégios conferidos aos Estados Unidos enquanto país emissor da moeda-

chave internacional. Neste sentido, os Estados Unidos não enfrentam as mesmas restrições no balanço de pagamentos que os demais países, pois possuem os benefícios de ter as transações comerciais internacionais denominadas em sua moeda, além de tornar o sistema financeiro americano a principal fonte mundial de crédito. (GOWAN, 2003)

Neste novo sistema todas as importações, e os passivos norte-americanos, são denominados em dólar, de forma que o déficit externo americano é financiado automaticamente. Assim, caso haja uma desvalorização do dólar e/ou uma redução significativa no déficit externo, isto tende a prejudicar os credores, e não os Estados Unidos. “O atual padrão dólar flexível é o único sistema que apresenta características tão peculiares e uma forma de ajustamento tão assimétrica”. (SERRANO, 2008: 123)

Hudson (2003) argumenta que há uma espécie de imperialismo financeiro implícito neste padrão monetário, no qual os títulos do tesouro norte-americano são os principais ativos de reserva em âmbito mundial. A partir de 1980, o compromisso com o resto do mundo chegou ao fim, e o império que se consolidou comprometeu-se quase que exclusivamente com os interesses do capital financeiro. Este novo imperialismo financeiro seria caracterizado pelo poder norte-americano ancorado no padrão dólar flexível e na *senhoriagem* do dólar.

Este novo tipo de domínio implica em uma nova aliança política e estratégica entre o Estado americano e seu capital financeiro - a relação entre Washington e Wall Street. Desta forma, o atual imperialismo norte-americano seria sustentado por meio dos operadores e financistas que comandam um capital financeiro que atua em bases transnacionais, em um sistema cuja livre mobilidade deste capital reforça o papel dos Estados Unidos e a manutenção da nova ordem estabelecida com base em seu poder estrutural. (SEABROOKE, 2001). Desta forma, Tavares (1985: 37) arremata que a Diplomacia do Dólar teria cumprido o seu papel, ‘soldando os interesses do capital financeiro internacional, sob comando americano’.

III) CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Corolário Roosevelt, que inaugurou a possibilidade de intervenção através da Diplomacia do Dólar no Caribe, foi a adoção de uma postura mais unilateral e imperialista

dos Estados Unidos para o Caribe e América Latina⁴. O Corolário, que abria espaço para as intervenções na América Latina foi uma mudança substancial na política externa americana, em relação à Doutrina Monroe.

Da mesma forma, Strange (1987: 571-574) aponta que as diretrizes da política externa americana após 1970 assumem um viés teórico mais realista, refletindo uma política unilateral frente ao resto do mundo, em comparação com o papel dos Estados Unidos no Sistema Bretton Woods. Assim, a instabilidade da década de 1970 seria decorrente de uma mudança na postura dos Estados Unidos em relação ao resto do mundo, o final de um compromisso, e a ascensão de um império. Neste trabalho visamos demonstrar que estes dois momentos, caracterizados pelo unilateralismo e abandono do compromisso coletivo, foram expressões de uma forma específica de imperialismo – exercido pelo Departamento de Estado em conjunto com o capital financeiro privado americano – guardando semelhanças entre si.

Lens (2006: 235-237) aponta que a política externa de uma nação reflete os impulsos de suas elites nacionais, e que nos Estados Unidos – no início de seu projeto de expansão imperialista ao final do século XIX – houve uma coalizão entre as elites, liderada pelos financistas de Nova York. A diplomacia do Dólar, especialmente no governo Taft, foi uma política externa na qual os interesses dos grandes bancos e do Departamento de Estado se fundiram, gerando uma nova forma de imperialismo não colonialista. Este tipo específico de imperialismo, diferente do europeu, é convergente com a tradição política norte-americana, que não possui características de domínio colonial.

É possível dizer que no governo Taft surgiu uma espécie de imperialismo financeiro mascarado sob a forma de empréstimos privados. A relação de dominação se consolidava através de contratos entre os bancos americanos e governos economicamente fragilizados, e abriam possibilidades para intervenções (inclusive militares) nos Estados devedores – ferindo a soberania dos mesmos. Esta forma de imperialismo não colonial, a partir da relação entre o capital privado e os interesses do Estado americano é semelhante à forma de dominação que se verifica ao final de Bretton Woods. A partir da nova “Diplomacia do Dólar”, que consolidou o *Padrão Dólar Flexível*, o poder dos Estados Unidos passou a ser exercido de

⁴ Isto foi evidenciado pela reação do Primeiro Ministro da Argentina, Luis María Drago, ao saber da intervenção europeia na Venezuela, em 1902. O Primeiro Ministro clamou que Washington proclamasse a oposição ao uso da força por potências europeias contra qualquer nação americana – o que não ocorreu. A intenção de Drago, ainda que ingênua, era que os Estados Unidos adotassem uma política de defesa interamericana a partir da Doutrina Monroe, e não uma postura unilateral como foi a proclamação do Corolário Roosevelt, afirmando a hegemonia dos Estados Unidos na América Latina. (SMITH, 2008: 40-41)

forma menos direta, e mais estrutural. As regras do jogo foram alteradas e a nova lógica financeira que emergiu a partir das políticas de liberalização garantem o funcionamento deste sistema, que ancora o poder norte-americano de forma *imperial* e indireta.

Parte da estratégia de consolidação de poder após 1970 foi transferir as transações internacionais do controle dos bancos centrais para os operadores privados americanos – reforçando o papel de Wall Street. O fato da reciclagem dos petrodólares ter sido realizada através dos bancos americanos no Euromercado, ao invés do FMI – como era proposto pela Alemanha e pelo Japão – foi parte da política dos Estados Unidos visando instituir um sistema financeiro internacional que beneficiasse as instituições financeiras privadas norte-americanas. É um sistema que se retroalimenta: a estrutura do sistema monetário e financeiro internacional ancorado no dólar beneficia aos bancos americanos; ao passo que a profundidade do sistema financeiro norte-americano e a sua preponderância, reforçam o papel internacional do dólar. A consolidação do atual imperialismo financeiro é a expressão da convergência entre os interesses de Washington e Wall Street.

Da mesma forma que no início do século XX, na década de 1970 houve uma coalizão das elites americanas, sob a liderança dos financistas de Wall Street. Esta coalizão é evidente a partir da brusca elevação das taxas de juros norte-americanas, em 1979 – e foi o elemento que permitiu aos Estados Unidos recuperar a sua economia por meio da quebra do poder do trabalhador. Serrano (2000) argumenta que a elevação dos juros, ao invés de apontar para um conflito permanente entre o capital produtivo e o capital financeiro – que não se verificou, pois não houve redução dos lucros líquidos uma vez que os salários reais foram mantidos em níveis baixos frente ao crescimento da produção mundial –, significou a redução do poder do trabalhador em relação às classes proprietárias em geral. Esta permanente quebra de poder de barganha do trabalhador permitiu à economia norte-americana conter as tendências inflacionárias e manter a estabilidade de sua economia.

A coalizão das elites liderada por Wall Street do início do século XX, e no início do projeto imperialista norte-americano, permaneceu até a Crise de 1929. O projeto imperialista beneficiava aqueles que buscavam fontes de matérias primas, mercados de exportação, e os bancos que buscavam oportunidades de investimentos no exterior. Vale destacar que a Diplomacia do Dólar abria as portas para oportunidades de negócio para os demais setores da economia americana.

A crise econômica levou ao choque entre as elites, e as atividades financeiras e especulativas passaram a ser apontadas como a causa da Grande Depressão. Este cenário de contenção das finanças se estendeu até Bretton Woods, quando a principal preocupação dos estadistas era a promoção do pleno emprego, e dos investimentos na esfera produtiva. Assim, foram instituídos controles de capitais a partir de 1944, visando conter os fluxos financeiros instabilizantes. Ao final de Bretton Woods, verifica-se a coalizão entre as elites novamente, como evidenciado no Choque Volcker – novamente sob liderança dos financistas de Nova York.

É curioso apontar que a supervisão fiscal, em conjunto com a prática do capitalismo gerencial e os conselheiros financeiros, permaneceu por meio do Consenso de Washington – e perdura até os dias de hoje. As políticas monetárias e fiscais restritivas, assim como eram implementadas nos protetorados fiscais, ainda são implementadas e supervisionadas através do FMI. Se no primeiro momento os Estados Unidos realizavam as reformas de forma direta, atualmente o Fundo insere o pacote de medidas nos empréstimos internacionais – e as reformas monetárias e fiscais (e o poder norte-americano), ganharam uma lógica mais estrutural e menos impositiva.

Os Estados Unidos, que nunca se consideraram um Estado colonialista, tentaram instituir por meio da Diplomacia do Dólar uma forma de domínio que escapasse à anexação, e principalmente – que não fosse considerado imperialista. Ao que parece, o atual poder estrutural dos Estados Unidos no âmbito monetário e financeiro internacional também guarda o mesmo ímpeto: instituir uma forma de dominação não aparente, o controle exercido de maneira indireta e estrutural. É possível concluir que o poder dos Estados Unidos converteu-se em uma espécie de *imperialismo informal*, ou *a convite*⁵.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASTOS, Pedro P. Z. A política dos Estados Unidos para a América Latina: da diplomacia do dólar à boa vizinhança. Texto para discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 204, abr. 2012.
- GOWAN, Peter. A Roleta Global. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- HELLEINER, Eric. Explaining the globalization of financial markets: bringing states back in. Review of International Political Economy, vol. 2, Spring, p. 315-341, 1995

⁵ Expressão utilizada por Panitch e Gindin (2006)

- HUDSON, Michael. *Super Imperialism: The Origin and Fundamentals of U.S World Dominance*. 2ª ed. Londres: Pluto Press, 2003.
- LENS, Sidney. *A fabricação do império americano: Da Revolução ao Vietnã – uma história do imperialismo dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. *As finanças e o império estadunidense*. In: PANITCH, Leo; LEYS, Colin. (Org.). *O império reloaded*. 1ª ed. Buenos Aires: CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales), 2006.
- ROSENBERG, Emily. *Financial Missionaries to the World: The Politics and Culture of Dollar Diplomacy, 1900-1930*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1999.
- SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão – uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.
- SEABROOKE, Leonard. *US Power in International Finance: The Victory of Dividends*. New York: PALGRAVE, 2001.
- SMITH, Peter H. *Talons of the eagle: Latin America, the United States, and the world*. Oxford University Press, 2008
- STRANGE, Susan. *States and Markets*. 2ª ed. London, New York: Pinter Publishers, 1994.
- STRANGE, Susan. *The Persistent Myth of Lost Hegemony*. *International Organization*, Vol. 41. n. 4, Autumn, p. 551-574, 1987.
- TAVARES (1997) “A retomada da hegemonia norte-americana”, in: TAVARES, Maria da Conceição & FIORI, José Luís (Orgs.) *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Editora Vozes, p. 27-53. Esse artigo foi publicado também na *Revista de Economia Política*, Vol. 5, No. 2, abril/junho, 1985. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- TAVARES, M. da Conceição & MELIN, Luis E. (1997) “Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana”, in TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. (Orgs.) *Poder e dinheiro. Uma economia política da globalização*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, p. 55-86.
- VEESER, Cyrus. *Inventing Dollar Diplomacy: The Gilded-Age Origins of the Roosevelt Corollary to the Monroe Doctrine*. *Diplomatic History*, Vol. 27, No. 3, Junho, 2003.